

# A MORAL AO LONGO DOS SÉCULOS

*In early times, the great majority of the male sex were slaves, as well as the whole of the female.*

John Stuart Mill

Alaor Chaves

## Gilgamés, a tirania e a liberdade

A **Epopéia de Gilgamés** é a mais antiga obra literária que se conhece. Fala de poder, de opressão e da relação íntima – às vezes promíscua – entre os deuses e os homens. Escrita em versos, a obra narra a história de Gilgamés, personagem lendário que segundo os historiadores teria sido o rei da cidade suméria de **Uruk** por volta de 2.650 a. C.. Fragmentos da obra, escritos em acádio em torno de 1.800 a.C., provavelmente com base em versões mais antigas escritas em sumério, foram encontrados em 1849 nas ruínas da biblioteca do rei **Assurbanípal**. A epopeia influenciou fortemente o livro da **Gênesis** da Bíblia hebraica, a **Ilíada** e a **Odisseia**, o que não é pouco.

Gilgamés, um dos mais ilustres reis da **Suméria**, era um semideus de força física descomunal. Parece fato, e não lenda, que ele construiu muralhas e templos que tornaram Uruk uma belíssima cidade. Mas reinava com crueldade e despotismo. O povo implorou aos deuses socorro pela impiedade de Gilgamés. Do barro, a deusa **Ururu** criou o herói **Enquidu** com força equivalente à de Gilgamés, incumbido de controlar as ações despóticas do rei.

A epopeia conta, pela primeira vez, o sofrimento das sociedades humanas sob as incontáveis tiranias que, ao longo dos milênios, as oprimiram. No mundo real, nunca houve deuses nem heróis que dessem solução ao drama universal da opressão, e a liberdade só pode ser conquistada pela própria sociedade. Nos séculos recentes, mais precisamente a partir do Iluminismo, pensadores ousaram pensar que uma sociedade livre da opressão pode ser mais próspera, e principalmente mais feliz. Essa é uma ideia irresistível, exatamente porque interessa à enorme maioria das pessoas. Tem havido progresso político nesse campo, e esse progresso traz em seu seio grande avanço social e moral. O ser humano pode estar em vias de conquistar sua liberdade.

## O Leviatã de Hobbes

O livro **Leviatã** (1651), de **Thomas Hobbes**, é um dos primeiros e mais influentes trabalhos sobre a importância da organização das sociedades em estados com um poder central capaz de impor leis, e força que obriguem seu cumprimento. O título do livro vem do monstro marinho Leviatã, mencionado na Bíblia no livro de Jó (Jó 41;1-34). O último versículo – “Com desdém olha todos os altivos; reina soberano sobre todos os orgulhosos.” – descreve o poder do monstro.

Por qual razão Hobbes considera conveniente para as pessoas abrirem mão de sua liberdade para se submeter a um estado que quase invariavelmente as submete à tirania? Ele responde afirmando que na ausência de um estado poderoso, as disputas de interesses entre as pessoas levam a “uma guerra de todos contra todos”. Antes do surgimento das civilizações, diz Hobbes, os povos viviam numa “anarquia” na qual a vida era “*nasty, bruttish and short*”. Na época de Hobbes, tinha-se muito pouca ideia de como era a vida humana antes do surgimento das civilizações. Mas os fatos mostram que muito do que ele disse é verdade.

**Steven Pinker** (2011) dedicou um longo livro à demonstração de que a violência vem decaindo desde os tempos pré-históricos. Nele, faz comparação documentada entre os índices de violência entre sociedades com e sem estado. Com o desenvolvimento da arqueologia forense, é hoje possível estimar a taxa de mortes violentas em eras pré-históricas, pelo exame de ossadas em sítios arqueológicos. Fraturas ósseas que ocorrem em um corpo vivo mostram, como fraturas em vidros, margens agudas e irregulares, enquanto as que ocorrem em ossadas por acidentes naturais são mais planas, como as fraturas em um giz. Em alguns casos, até mesmo pontas de flechas ou de lanças são encontradas entranhadas nos ossos. Assim, é possível dizer que uma fração das pessoas teve morte violenta. Esse tipo de estudo leva a uma subestimativa do índice de violência, pois parte das mortes resulta de ferimentos em partes moles do corpo. As mortes violentas foram, portanto, mais numerosas do que as identificadas pelas investigações arqueológicas.

Estudos realizados em 21 **sítios arqueológicos**, com datações recuando até 16 mil anos atrás, indicam uma grande variância no índice de mortalidade violenta. Mas, na média, 15% das pessoas nesses sítios tiveram mortes por violência que geraram danos em seus ossos.

Há também muitos estudos etnográficos de povos tribais até então pouco influenciados pela civilização. Estes estudos mostram que nos povos **caçadores-coletores-horticultores** há mais violência do que nos povos **caçadores-coletores**. Na média de 8 povos tribais caçadores-coletores, 14% das pessoas morrem em homicídios, ou em lutas contra aldeias ou tribos vizinhas. Na média de 10 povos tribais caçadores-coletores-horticultores, essa fração sobe para 24,5%. Diferença tão significativa talvez decorra de que a posse de algum bem – uma horta, umas árvores frutíferas ou uma aldeia mais bem construída – leve a maior predisposição ao uso da violência na sua defesa ou no seu assalto.

Nos povos regidos por estados, o índice de violência é muito menor do que nos povos tribais. O século XX é apontado como o mais violento da história, quando computamos o número absoluto de mortes violentas. Mas as coisas mudam quando dividimos o número de cadáveres pelo número de vivos: apenas 3% das pessoas do século XX morreram em homicídios ou em guerras.

## **Altruísmo e agressão humanos**

O homem é o mais social dos mamíferos. Em todos os animais sociais, há uma moralidade inata. O nepotismo – que no sentido rigoroso significa proteção de parentes, principalmente de filhos – é universal entre os animais sociais. No caso do homem, o nepotismo abrange uma rede maior de pessoas, pois o ser humano é capaz de identificar seu parentesco com quase todas as pessoas de um clã, que é uma família estendida. A dispersão dos clãs gera etnias, cujos membros compartilham parte significativa de seus genes. Membros de uma etnia se reconhecem como tais por traços mínimos da aparência física, resultantes de genes compartilhados. Disso nascem entre eles sentimentos de identificação, de lealdade mútua e de cooperação. O instinto social gera no ser humano uma necessidade de identificação com algum grupo e não é necessário que haja compartilhamento de genes entre membros do grupo. Compartilhamento de uma cultura – valores, costumes, crenças, mitos, linguagem – também gera elos de lealdade e cooperação entre seus membros.

Por outro lado, a agressão é parte intrínseca da vida animal, e só com o desenvolvimento do darwinismo – e da genética pela qual os animais transmitem suas características aos seus descendentes – começamos a entender a razão disso. Para um animal, tudo exceto ele e – em certas espécies – seus filhos e parentes próximos, são parte do ambiente, e sua sobrevivência depende da exploração do ambiente em seu proveito. O ataque de um leão a um antílope é predatório, não agressão no sentido usado no estudo de comportamento animal. O homem também caça animais para sua alimentação, e também isso não é chamado agressão. Mas animais também atacam membros da sua espécie. Isso é agressão, e tem propósitos estratégicos: eles competem por alguma coisa, e o vitorioso tem algum retorno ao derrotar seu concorrente. Mas um deles perde, e pode até ser morto. Disso resulta que nas agressões animais costuma haver uma assimetria: o agressor só ataca se achar que seu adversário é mais fraco.

Essa assimetria tem consequências fundamentais na competição entre grupos de humanos. Povos atacam povos vizinhos menos numerosos ou, por alguma outra razão, mais fracos. Nem sempre os matam, muitas vezes os subjagam como escravos. Com isso, tornam-se ainda mais capazes de vencer outros povos vizinhos. Assim nascem os reinos, que podem congregam milhões de pessoas sob o comando de um único monarca. Nesse ponto Hobbes estava errado, a criação de um poder central que reivindica o monopólio do uso da força raramente decorre de um pacto social pelo qual cada pessoa renuncia à

sua liberdade com o propósito de dar fim à anarquia. Os reinos surgem pela formação de uma pirâmide de autoridade decorrente exatamente da anarquia e da luta de todos contra todos. Coalizões entre alfas costumam ser decisivas na definição da estrutura final.

## **Dominação da mulher pelo homem**

Nos mamíferos, o investimento da fêmea na geração dos filhos é muito maior do que o do macho. Primeiro, ela tem de criá-lo em seu útero, depois tem de alimentá-lo por longo tempo com seu leite. Por isso, ela é o elemento escasso no processo de reprodução. Um macho pode ter muitos filhos se conseguir copular com muitas fêmeas. Já uma fêmea nada ganha em sucesso reprodutivo se copular com muitos machos. Na competição pelo sucesso reprodutivo, o elemento mais importante da competição darwiniana, os mamíferos machos disputam ferozmente a posse de fêmeas. Os mais fortes conseguem mais parceiras sexuais e com isso mais filhos, e com o tempo isso gera um dimorfismo sexual em que os machos são maiores e mais fortes do que as fêmeas. A dominação da fêmea pelo macho é obtida pela força e oriunda desse dimorfismo (Wrangham 1996).

Em todas as tribos indígenas, e mais ainda nos povos civilizados, a mulher é inteiramente subjugada pelo homem. Com a criação das sociedades complexas, o problema agravou-se porque nelas o poder envolve muito mais do que a simples força física, e o poder é controlado pelos homens, mesmo quando o monarca é uma mulher. Isso ocorre porque ao longo do tempo as sociedades estabelecem normas, frequentemente formuladas em códigos de leis, e essas normas e leis têm um caráter misógino extremo e muitas vezes cruel com as mulheres. Em quase todas as antigas sociedades complexas conhecidas, a mulher é propriedade de algum homem. Enquanto solteira, propriedade do seu pai, que a doa ou vende como esposa a quem lhe aprouver. Uma vez casada, é propriedade do marido.

Para se assegurar da paternidade dos filhos da sua esposa, os homens sempre controlaram sua fidelidade, pela brutalidade e pelas normas sociais, enquanto garantiam para si total liberdade para trair sua mulher e até mesmo praticar a poligamia masculina. A Bíblia, o mais influente de todos os livros, é uma louvação da dominação masculina. Mulheres adúlteras são mortas por apedrejamento, as estupradas são culpadas pela violência sofrida. **Salomão**, um rei apontado com sábio, tinha um harém com 700 esposas e mais de 300 concubinas.

## **Violência na mitologia antiga**

A criação de divindades e outros seres sobrenaturais é um **Universal Humano** – um comportamento que aparece em todas as civilizações

conhecidas, e também em todas as tribos hoje existentes. Embora o fundamento factual dessas mitologias seja hoje amplamente desacreditado, elas ainda são a inspiração de muitas religiões, cultivadas por vários bilhões de pessoas. As mitologias refletem a moralidade das pessoas na época em que foram criadas, e por isso podem ser usadas para o estudo da história da moralidade. É o que faremos nesta secção, Essa análise não pode ser usada para qualquer avaliação da moralidade dos religiosos atuais. As religiões orientais têm um caráter mais tolerante e apaziguador do que as hoje oriundas das mitologias do Oriente Médio e das bordas do Mediterrâneo. E mesmo estas, nos séculos recentes, foram filtradas e reescritas com base em moralidades mais modernas. Partes mais violentas ainda não reescritas são vistas como metáforas ou como expressões do pensamento divino que o ser humano não pode entender no seu conteúdo profundo.

A chamada mitologia pagã, que por milênios foi cultivada no Egito, no Oriente médio e, a partir do final do segundo milênio a.C., também na Grécia, fala de deuses extremamente violentos, especialmente os masculinos. Os deuses egípcios são mais pacíficos. Na Grécia, a mitologia é muito elaborada. Os deuses gregos vivem no Olimpo, a montanha mais alta do país, e sua história é uma longa crônica de rivalidades, assassinatos – de pais, de filhos, de mulher ou marido, e de irmãos –, de canibalismo, incesto e vinganças. Cronos, o deus do tempo, castrou seu pai Urano e devorou todos os seus próprios filhos, exceto Zeus, que ao tornar-se adulto matou o pai. Rotineiramente, os deuses descem do Olimpo e têm relações sexuais com os humanos. Nessas, o estupro de mulheres por deuses e a sedução de homens por deusas é frequente. Por isso, os semideuses são heróis comuns na Grécia.

A Bíblia é o livro sagrado de bilhões de cristãos, dezenas de milhões de judeus, e a inspiração básica do islamismo, praticado por bilhões de fiéis. Este texto não envolve qualquer juízo de valor sobre esses religiosos, na sua imensa maioria pessoas dignas que exercem seu direito inviolável de crença e opinião.

O Velho Testamento é uma coleção de livros que relatam histórias ocorridas bem antes, mas foram escritos por vários autores no período que vai do século X ao século V a.C. Como a Constituição Brasileira, é longo e obscuro. Não por outro motivo, os interpretes nunca chegam a acordo sobre várias passagens do texto bíblico, que para complicar as coisas entram frequentemente em contradição entre si. Parece que alguns autores não leram os outros. No livro da Gênesis, um deus único, eterno, onisciente e onipotente, cria a luz, o céu, as estrelas, a Terra e finalmente o homem **Adão**, feito, do barro, à sua imagem e semelhança. Pouco depois, cria **Eva**, uma companheira para ele, que o seduz e o induz a comer o fruto da árvore do conhecimento, coisa que Deus proibira. Adão e Eva tomam consciência da sua nudez e passam a cobrir o corpo. Nota-se aqui uma clara inspiração na epopeia de Gilgamés: o herói Enquidu, criado do barro pela deusa Ururu, vive nu na

selvageria, até ser seduzido por **Shambat**, concubina de um templo, e após isso adota o uso de roupas.

Após observar os humanos, que se multiplicaram com eficiência, Deus conclui que eles não estavam se conduzindo bem. Decide então matar todos em um dilúvio, poupando **Noé** – o único homem justo –, sua mulher, seus três filhos e as respectivas mulheres. Recriaria assim a humanidade com sementes novas. A lenda do dilúvio é compartilhada por outros povos do Oriente Médio. O Noé dos sumérios chama-se **Utnapshtim** e é citado na epopeia de Gilgamés. Como a de Noé, sua arca ancora-se no alto de uma montanha quando as águas começam a baixar.

Os filhos de Noé repovoam a Terra, formando 62 nações. Em dado ponto da Bíblia o leitor descobre que Jeová não é o único deus. Nenhuma das nações é devota a ele. Torna-se ciumento, de outros deuses que tinham nações inteiras para adorá-los. Por meio de vários contatos, faz então um pacto com **Abraão**, oriundo de **Ur**, na Caldeia Babilônica. No pacto, Jeová promete a Abraão – o grande patriarca dos judeus, cristãos e islâmicos – uma descendência mais numerosa do que as estrelas do céu. Pelo pacto, toda essa descendência prestaria devoção a Jeová – e a nenhum outro Deus. A esse povo eleito, Jeová promete conceder a terra fértil de Canaã. A mulher de Abraão, Sara, é estéril, mas após o pacto concebe Isaque, filho de Abraão. Este já tinha um filho ilegítimo, Ismael, gerado por Agar, escrava egípcia de Sara. Os judeus descendem de Isaque, os árabes, de Ismael, diz a lenda. Para cumprir a promessa de dar ao povo israelita a terra de Canaã, Deus comanda um inteiro genocídio dos seus habitantes, pois Canaã se tornara densamente povoada.

O restante da história bíblica é repleto de desatinos e violência. Matthew White (2011) contabiliza mais de 1,2 milhões de mortes em assassinatos em massa citados na Bíblia – não contando o dilúvio. Grande parte desses atos de violência é ordenada por Jeová, alguns comandados por ele próprio. Jack Miles ([1995], 2009) faz um estudo muito erudito de Jeová, que ele trata como um personagem literário, no qual fica claro seu caráter violento, instável, inseguro e ciumento.

Sacrifícios humanos são outro universal nas religiões antigas. Nas Américas, os colonizadores europeus encontraram o mesmo comportamento. Os **Incas** praticavam o sacrifício e entre os **Astecas** ele atingiu níveis assombrosos. O número de pessoas sacrificadas, principalmente em homenagem ao deus do sol e da guerra **Huitzilopochtli**, entre 1440 e 1521, quando ele foi interrompido pelos espanhóis, é estimado em 1,2 milhões (White 2013). Sem esses sacrifícios, o sol, cujo fogo era alimentado por sangue, se apagaria.

## Efeito Gengis Khan

O estupro é uma das mais frequentes violências praticadas pelo homem. Ele pode ter evoluído pelo maior sucesso reprodutivo dos homens estupradores e dominadores de mulheres. Em todos os reinos da antiguidade, os monarcas dispunham de haréns com número extravagante de mulheres. Se seus olheiros descobriam uma mulher especialmente bonita, levavam-na, por bem ou por mal, para integrar o harém do monarca. Outros poderosos do reino costumavam ter regalias semelhantes. Não raro, o pai de uma virgem especialmente bonita a levava ao rei ou a algum poderoso e a doava ou vendia como concubina. A rigor, a posse sexual de qualquer uma dessas mulheres tem de ser vista como estupro, uma vez que muito raramente atendia um desejo também da mulher.

Nas guerras, as mulheres eram um espólio que os exércitos vencedores desfrutavam com volúpia e crueldade. Não raro, para atrair soldados mercenários, os reis e generais alardeavam a beleza das mulheres da nação inimiga.

**Napoleon Chagnon** (2009), que a partir de 1964 estudou longamente os índios **lanomâmis**, observou que 25% dos homens tinham morte violenta, na sua maioria em disputa por mulheres. Nesse povo, um assassino recebe um título, o de **unokai**, e um unokai tem em média 2,5 vezes mais mulheres e 3 vezes mais filhos do que outro desprovido do título. Especulou que isso resulta na seleção genética de homens violentos e estupradores, e que essa seleção tenha atuado durante a evolução de nossos ancestrais. Os **Jivaros**, povo indígena da Amazônia peruana, são ainda mais violentos do que os lanomâmis. Os assassinos jivaros também recebem um título honorário, o de **kakaran**, e um kararam tem em média 6 vezes mais filhos do que um jivaro comum (Hermer 2003).

Esse conjecturado efeito seletivo da violência parece ter sido comprovado, e o chamaremos efeito **Gengis Khan**. Gengis Khan (1162-1227) foi um conquistador singularmente cruel, talvez o mais sanguinário homem da história, com o qual muitos historiadores têm sido incompreensivelmente complacentes. Hoje, é o grande ídolo na **Mongólia**, sua terra natal. O antropólogo **Jack Weatherford**, com a assistência de acadêmicos da Mongólia devotados a Gengis Khan, escreveu um livro (2004) em que o conquistador é descrito como um homem genial e sábio que modernizou o mundo, sendo responsável, entre outras coisas, pela destruição do feudalismo na Europa e pelo surgimento do **Renascimento**. A imagem desse grande herói teria sido demolida por iluministas racistas que viam os povos orientais, especialmente os nômades, como bárbaros.

Ainda menino, Temudjin – este era seu nome de nascimento – matou o meio-irmão mais velho pelo roubo de uma caça que Temudjin teria abatido. Órfão aos nove anos, Temudjin passou a juventude lutando pelo controle das tribos mongóis, formada por cavaleiros nômades que viviam nas vastas estepes da Mongólia. Em 1206, foi aclamado por líderes tribais chefe supremo dos mongóis e dos tártaros – e recebeu o título de Gengis Khan, que significa

líder supremo. Sua maior alegria, declarou em termos mais detalhados, era vencer seus inimigos, tomar suas posses, e estuprar suas esposas e filhas na frente dos vencidos, antes de decapitar todos. Os mongóis haviam desenvolvido um arco muito poderoso e ao mesmo tempo curto, o que facilitava seu uso por um cavaleiro. Desde criança, eram treinados em usar o arco montados em um cavalo a galope, que eles controlavam usando os joelhos; atiraram as flechas com grande precisão no momento do galope em que o cavalo está com as quatro patas no ar. Eram temidos em toda a região.

Gengis Khan criou inovações revolucionárias na formação e na estratégia militar. Aniquilava todos que encontrava à sua frente, mesmo os camponeses e as cidades que se rendiam sem oferecer resistência, para não ter de se preocupar com o que deixava às suas costas. Tinha cerca de 500 esposas e concubinas, e teve filhos com pelo menos mil mulheres. Ultrapassou a muralha da **China**, na época dividida em dois impérios, o **Jin**, ao norte e o **Song**, ao sul, e conquistou o império Jin. Seu neto **Kublai Khan** estendeu esse domínio conquistando o império Song. Gengis Khan teve uma tumultuada descendência que formou o mais vasto império da história, atingindo em seu ápice 20 milhões de quilômetros quadrados. Todos os seus descendentes mantinham numerosos haréns e eram dedicados estupradores. Essa descendência sobreviveu ao próprio império mongol. A dinastia **Qing** – que em 1636 conquistou a dinastia **Ming** e dominou a China até 1912 – descendia de Gengis Khan.

Um estudo do cromossomo Y de populações de uma vasta região da Ásia e parte da Europa (Zerjal 2003) sugere, convincentemente, que 8% da população local – 0,5% da população mundial – descendem diretamente de Gengis Khan.

## **Violência na Idade Média**

A Idade Média europeia foi muito pobre e violenta. A violência e a crueldade da época são mais conhecidas principalmente pela queima de hereges, mágicos e feiticeiras, e pelos instrumentos de tortura inventados na época. A pobreza na I.M. deve muito às opiniões dos primeiros teólogos do Império Romano do Ocidente sobre o dinheiro e o comércio. A começar por **São Jerônimo** (340-427) e **Santo Agostinho** (354-430), os cristãos que criariam a **Igreja Católica** viam o comércio e a riqueza como um grande mal. Isso levou a grande migração para o campo, ao abandono das cidades e finalmente à formação das grandes propriedades feudais. Em pouco tempo a Igreja passou a ditar os princípios econômicos e morais que unificavam a Europa. Sem comércio e sem motivação para criar riqueza, o progresso técnico cessou. Sem comércio e com a economia estagnada, os reis não recolhiam tributos para criar infraestrutura nem formar seus exércitos. Mas guerreavam entre si para criar um novo mapa da Europa já não dominada pelos romanos. Os senhores feudais eram vassallos dos reis e a eles deviam fidelidade. Não

pagavam impostos, mas suas milícias, usadas no dia-a-dia para proteger o feudo contra os feudos vizinhos, eram colocadas a serviço do rei em caso de guerra. Como o escravo tinha sido no passado um bem comercializável, a escravidão acabou sendo abolida e substituída pela servidão; os servos eram por toda a vida vinculados à terra.

A economia feudal, sem cidades, sem inovação, quase sem comércio, era um jogo de soma zero. O grande bem, a terra, tinha soma definida e imutável. Assim, o senhor feudal só crescia se conquistasse o feudo vizinho. O senhor vivia em um castelo fortificado. No interior de suas muralhas viviam o senhor feudal, sua família, seus servos domésticos e seus cavaleiros, com seus cavalos. Nas terras do feudo havia plantações, gado, ovelhas, e vilas, onde viviam os camponeses e os artesãos, que produziam utensílios para todo o feudo.

As querelas e disputas entre feudos eram incessantes, o que gerou um padrão de violência de altíssima letalidade. Sendo incapazes de vencer as muralhas dos castelos adversários, os senhores feudais adotaram como estratégia de guerra a ruína de feudos concorrentes pela destruição de suas plantações e de suas aldeias de camponeses. Alguns cavaleiros fizeram desenhos de ataques de aldeias e aniquilamento de seus moradores, o que documenta bem esse tipo de estratégia (Murphy 2015 p.170, Pinker 2011 pp. 65-66) Esse tipo de agressão é imensamente desigual e letal para os camponeses desarmados. Mas ficou meio esquecido pela história. Os cavaleiros promoviam disputas entre si que lhes angariou uma imagem de bravura, regras justas de luta, e galanteria. Mas também foram covardes assassinos de camponeses e artesãos desarmados, atacados de surpresa.

## **Com esse passado, que destino podemos ter?**

A história humana é uma longa crônica de agressão e opressão. Os poderosos quase sempre oprimiram os fracos. Os homens oprimiram as mulheres, que em muitas sociedades foram apenas 'uma coisa' sem direitos. Mas a história está mudando, e desde o início da modernidade ela muda muito rapidamente. A moralidade humana acompanha essas mudanças. Novos valores e melhor moralidade são parte central do avanço civilizatório.

Como foi antecipado por Hobbes e confirmado pela ciência recente, a criação de estados provocou uma grande redução no índice de violência humana. Mas os estudos que demonstram essa redução só consideraram sociedades civilizadas contemporâneas. Alguns dados indiretos podem ser usados como *proxys* da história da violência. Iremos nos aventurar nesse trabalho especulativo.

É bem provável que o início da agricultura tenha aumentado o índice de violência, uma vez que as tribos de caçadores-coletores são menos violentas do que as de caçadores-coletores-horticultores. Com a agricultura, as comunidades também se tornaram mais numerosas, o que reduz os

sentimentos de solidariedade e cooperação entre seus membros. Os primeiros estados podem ter sido mais violentos do que as sociedades anárquicas que os antecederam.

Antes de os estados formularem leis que penalizassem violência e demais danos causados a outros seres humanos, cada pessoa fazia justiça com as próprias mãos em atos de vingança contra o ofensor, coisa ainda hoje praticada à margem da lei. Com as leis, o estado reivindicou o monopólio legítimo da violência. O primeiro código de leis que se conhece é o de Ur-Nammu, estabelecido em cerca de 2040 a.C. pelo rei Nammu de Ur, na então Suméria. O código estabelece penalidades pecuniárias para ilícitos diversos. As pessoas pagavam multas compensatórias para a pessoa ofendida ou sua família. As multas são moralmente injustas porque impõem às pessoas ricas sacrifícios menores. O código de Hamurabi foi criado em cerca de 1770 a.C. por este rei da Babilônia – na mesma Mesopotâmia onde ficava a civilização suméria – Esse código se inspirou no princípio da retaliação – ou lei do talião, resumida na expressão ‘olho por olho, dente por dente’: a pena devia ser proporcional ao dano. Mas essa proporcionalidade era essencialmente falha, pois as punições a pessoas que causavam dano a alguém de nível social mais elevado que o seu eram mais severas. Havia ainda idiosincrasias intrigantes. Se alguém roubasse de outra pessoa, deveria devolver o bem roubado ou pagar valor equivalente. Já se roubasse algo de um templo, sofreria pena de morte. Se um pai tivesse relações sexuais com sua filha, seria expulso da cidade.

Os tiranos se desobrigavam do cumprimento das leis. Tinham direito a tudo, até mesmo o de dispor da vida de qualquer pessoa do reino, e promoviam execuções arbitrárias e extremamente cruéis.

As primeiras leis, supostamente, formalizaram normas praticadas pelas sociedades dos locais e épocas correspondentes. As normas expressam os valores e crenças de uma sociedade, e valem porque valem; em outras palavras, valem porque as pessoas compartilham os valores. Por isso, as leis são úteis para se entender a moralidade das várias sociedades. A consideração de que as leis representam os valores e interesses das classes dominantes não contradiz o que dissemos. Ao longo da história, os desfavorecidos usualmente aceitavam sua condição, e também a dos privilegiados que os oprimiam, como um desígnio dos deuses. No Egito e no Oriente Médio, os monarcas eram reverenciados como seres divinos, ou com superioridade outorgada pelos deuses. Na China, a autoridade dos imperadores era oriunda de um **Mandato do Céu**. Não passava pela cabeça de ninguém a ideia de que todos nascessem iguais.

A literatura nos possibilita entender a sociologia e a moralidade da sociedade em que a narração se insere. A literatura russa do século XIX espelha com notável uniformidade a sociedade russa da época. O **mujique**, o camponês russo, é um dos componentes mais dóceis da sociedade, como retratam as obras de **Turgueniev**, **Tolstói**, **Tchekhov** e, em algumas

passagens, **Dostoievsky**. A obra prima de Tolstói, A morte de Ivan Ilitch, narra como, durante sua longa agonia, a esposa, o filho e a filha do magistrado de altas cortes o ignoram, e seu único amigo fiel é um jovem camponês. A aceitação, relativamente pacífica, dos servos russos da sua triste condição foi uma das razões que prolongaram tanto o regime de servidão no país.

A *Ilíada* e a *Odisseia* espelham, acredita-se, a violência dos gregos na época de **Homero**.

A vida, e a conseqüente prosperidade de **Atenas** na sua era clássica reflete a moralidade então vigente, na qual todos acreditavam. A democracia, a liberdade de expressão, os jurisditos populares, com o direito ao contraditório e o uso da retórica, eram valores compartilhados. Mas só os cidadãos gozavam de todos esses direitos. As mulheres eram subjugadas pelos maridos, havia escravos, os metecos – estrangeiros livres – tinham direitos muito inferiores aos dos cidadãos, e ninguém contestava. Alguns escravos recebiam excelente educação e Aristóteles, um meteco, foi o intelectual mais admirado da época.

Roma conquistou a Grécia, mas adotou sua filosofia, sua mitologia e parte do seu sistema educacional. Marcos Túlio Tiro, escravo de Cícero, era um intelectual e também um escritor. Foi o secretário de Cícero, que o tratava com grande amizade. Para documentar os inúmeros debates de Cícero, Tiro inventou a taquigrafia. Quando Cícero morreu, Tiro organizou, comentou suas obras e as publicou. Escravos, muitas vezes gregos, melhor educados eram usados pela elite romana como ‘pedagogos’ de seus filhos. Houve intensa luta de classes entre os romanos e muitos eram submetidos a tratamento cruel – é ilustrativo da violência romana o fato de que 34 dos seus 49 imperadores foram assassinados pelos seus guardas, por seus parentes próximos ou por membros da aristocracia –, mas parte da classe oprimida parecia acreditar nos valores impostos pela elite.

O colapso do Império Romano do Ocidente levou a Europa Ocidental a um estado de anarquia, caracterizado pelo feudalismo e pelo poder da Igreja Católica, a mais opressora e cruel instituição religiosa que a história registra. O poder secular foi dividido entre milhares – cinco mil no ano 1500 – de feudos, todos lutando contra todos. Não há estatísticas sobre o índice de violência na Idade Média, mas, pelas circunstâncias, parece provável que ele tenha ultrapassado o das tribos de caçadores-coletores-horticultores: mais de um quarto das pessoas na época teriam mortes violentas.

O desenvolvimento do comércio nas cidades italianas à margem do Mediterrâneo levou a elos de confiança entre as pessoas – o comércio não prospera sem a confiança de que os contratos serão cumpridos – e a grande prosperidade. Acredita-se que cerca de 6 em cada 10 homens adultos urbanos da região, que era bastante urbanizada, soubessem ler no século XIV. Houve forte cooperação e convergência de interesses entre as grandes companhias comerciais do norte da Itália e as guildas – corporações de artesãos – que produziam grande parte do produto comercializado. Nasceu então o humanismo, que trouxe consigo a redescoberta dos gregos, de Cícero e do

direito romano. Esses foram os motores da Renascença, que se iniciou na Itália. Depois disso veio a Reforma, a imprensa, a Revolução Científica e o Iluminismo. Esse conjunto de transformações foi ao mesmo tempo moral, econômico e intelectual.

No Iluminismo, prosperaram duas ideias que mudaram radicalmente a moralidade europeia. Uma foi a de que as pessoas nascem com direitos iguais. Outra, a de que a moralidade pode libertar-se das crenças religiosas e da tirania dos costumes: seria possível construir-se uma moralidade a partir da razão. Essa ideia sobre a moralidade não é inteiramente nova. Na Grécia clássica, **Sócrates**, **Platão**, **Aristóteles** e outros trataram do assunto, sem inteiro êxito. Sócrates foi condenado à morte por impiedade e imoralidade. Impiedade por declarar não crer em divindades; imoralidade por alegadamente corromper jovens com suas pregações morais inteiramente laicas.

Mas a moralidade 'racional' gerada pelos iluministas suplantou em vários pontos a dos filósofos gregos. **Immanuel Kant** desenvolveu a ideia do **Imperativo Categórico** (Kant 1785), que numa das suas formulações diz: "Age de tal modo que a máxima da tua ação possa ser adotada como princípio de uma legislação universal." Pode-se apontar na ideia do imperativo categórico de Kant um problema irremovível: uma moralidade assim construída seria estática, não dinâmica e evolutiva. As ideias morais de **John Stuart Mill** são mais avançadas e inerentemente dinâmicas. No livro ***On liberty*** (Mill 1859) ele faz uma defesa da liberdade que permanece inteiramente atual, com frases como: "A única liberdade que merece o nome é a de buscar o nosso bem pelo nosso caminho, desde que não prejudiquemos o bem de outros ou limitemos seus esforços de buscar os seus." Mill também condena a tirania das majorias e dos costumes, e defende com ênfase o direito de qualquer pessoa agir diferentemente dos padrões estabelecidos pela maioria, desde que não ofenda direitos de terceiros. Sobre a moralidade, ele diz: "Uma ação é boa se, quando praticada por todos, aumentar a felicidade geral." Mill também defendeu a inteira igualdade dos direitos da mulher em um livro brilhante e sucinto (Mill 1869).

A **Reforma** resultou em um conjunto de confissões cristãs que quebrou a hegemonia da Igreja: luteranismo, presbiterianismo, anglicismo, calvinismo e outras, além de dissidências minoritárias, como os puritanos, os quakers e os amish. Essa diversidade foi um grande avanço que, entre outras coisas, libertou os intelectuais das perseguições religiosas locais. Os intelectuais moviam-se de um país para outro, fugindo de perseguições ou buscando patrocínio de poderosos que aprovassem suas ideias. Acabaram criando a **República das Letras**, uma entidade virtual cosmopolita que trouxe muitos avanços culturais e morais para toda a Europa.

## A questão de Needham

Nos anos 1950, o bioquímico e sinólogo **Joseph Needham** formulou e tentou dar resposta a uma questão que se tornou célebre e foi abordada em várias dezenas de livros e artigos académicos: por que a China, que por muitos séculos esteve à frente da Europa em riqueza, ciência e tecnologia, não foi a primeira a fazer as revoluções científica e industrial? Vale lembrar que em 1700 a China gerava 35% da riqueza mundial, e a Índia, outros 30%. Mesmo após receber atenção de muitos historiadores e economistas, tanto chineses quanto ocidentais, a questão ainda não tem resposta que satisfaça a todos. Mas há certo consenso de que a resposta envolve basicamente a questão de direitos. Direitos do estado e dos cidadãos. Portanto, a questão, na sua essência, é moral. O direito à propriedade, na China, sempre teve um carácter precário. A propriedade de terras, de empresas comerciais e industriais, sempre esteve sob o controle do estado e podia ser retomada por ele a qualquer pretexto. O bem estar do estado estava acima dos outros valores. Não havia propriedade intelectual na China imperial. O estado podia se apropriar de qualquer invenção a pretexto de empregá-la para o bem comum. Se um ramo de negócios se tornasse especialmente lucrativo, o estado reivindicava o seu monopólio.

Havia na China um sistema educacional que até alguns séculos atrás era mais abrangente e inclusivo do que o europeu. Mas a ambição de toda família chinesa era que um de seus filhos se tornasse um alto funcionário público – um dos então chamados mandarins. Há mais de dois milênios, a China teve uma burocracia profissional selecionada por meio de concursos públicos. Os cargos públicos eram tão cobiçados – não tanto por altos salários, mas pelo seu status e pelo poder do mandarim de extorquir a população impondo-lhe ‘contribuições’ em espécie ou moeda –, que o empreendedorismo não atraía talentos. O inchaço do estado aniquilou a iniciativa individual.

## **Cultura e desenvolvimento**

**Daron Acemoglu** e **James Robinson** (2012) classificam as instituições – políticas e econômicas – em inclusivas e extrativas. As instituições políticas são inclusivas se parte significativa da sociedade participa das decisões políticas, e extrativas se essas decisões estão nas mãos de poucos. As instituições econômicas são inclusivas se as oportunidades econômicas são acessíveis a muitos, e muitos usufruem da riqueza gerada. São extrativas se uma elite se apropria das oportunidades econômicas e explora a população em seu proveito. Instituições políticas inclusivas geram instituições econômicas inclusivas, afirmam eles, e as nações só prosperam de maneira duradoura se tiverem instituições inclusivas.

Aceite-se ou não a tese desses autores, resta explicar o que dá origem às instituições. A história revela que os governos centralizados são quase sempre despóticos, portanto extrativos nos aspectos político e econômico. Em

um livro recente (2019), eles explicam a dificuldade de se controlar o despotismo do Leviatã e ainda notam que esse controle requer atuação constante da sociedade. Mas, nele, perdem o foco na explicação da origem das instituições e dão muita atenção a descrever a história de dezenas de países que foram periféricos na história da modernidade. Mokyr, em dois livros de extraordinária erudição e cuidadosa análise (2009, 2017), aponta o poder da cultura na formação das instituições de um país. O iluminismo teria inspirado na Europa uma nova cultura segundo a qual o progresso pode ser obtido pela busca do conhecimento e pela criação de instituições que possibilitem o florescimento dos empreendedores e inovadores. Essa cultura levou naturalmente à revolução industrial. O iluminismo levou também a ideais de participação da sociedade na formação do estado, e da divisão do poder entre um chefe de estado, um poder colegiado legislativo e um poder judiciário, mutuamente independentes. Percebe-se que a cultura originada do iluminismo tem uma componente intelectual e outra moral.

O primeiro fruto concreto da cultura iluminista foi a **Revolução Gloriosa**, que ocorreu nos reinos da Inglaterra, da Escócia e da Irlanda, sem derramamento de sangue, de novembro/1688 a maio/1689. Nela, James II, monarca dos três reinos, católico que defendia os valores conservadores da Igreja, foi destronado e substituído por sua filha protestante Mary II. O Parlamento britânico ganhou relevância e poder real, com a obtenção de autonomia. Foi assinada a **Bill of Rights**, segundo a qual 'o rei reina, mas não governa', foram assegurados o direito à propriedade privada, a liberdade da imprensa e da expressão, e a autonomia do poder judiciário. A Revolução Gloriosa foi um enorme marco moral e civilizatório, que manietou o Leviatã no que em 1707 se tornaria o Reino Unido.

A revolução industrial teve início logo a seguir na Inglaterra e Escócia e não tardou a espalhar-se pela Alemanha, França, Suíça, vários países da Europa Ocidental e EUA. Os valores iluministas foram fundamentais para a independência dos EUA e, mais tarde, de colônias europeias nas Américas. Sem eles, dificilmente a **Revolução Francesa** ocorreria, e se ocorresse não incluiria sua proposta republicana.

Não obstante o seu enorme papel histórico, ao iluminismo faltou muita coisa para que ele pudesse ser copiado hoje. Duas das suas falhas chamam de imediato a atenção. Ele foi racista, no sentido eurocêntrico: o homem branco europeu seria intrinsecamente superior aos outros. Ninguém questionou a Kant como ele conciliava isso com sua ética fundada no 'imperativo moral', pois os outros iluministas partilhavam com ele o mesmo preconceito racial. Mais grave do que isso, os iluministas apoiaram a escravidão de africanos. Segundo, a opressão da mulher pelo homem não foi questionada pelos iluministas.

A revolução francesa teve forte participação feminina. A França, havia anos, passava por grave crise de fome. As mulheres, que contam as bocas e dividem o pão escasso, sofreram de modo diferenciado essa crise. Já ao iniciar os tumultos da revolução, saíram em massa às ruas para protestar contra a

falta de comida. A dramaturga **Olympe de Gouges** ousou fazer mais do que isso. Como complemento à **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão** ela formulou uma carta análoga dos direitos da mulher e da cidadã. À direita e à esquerda, homens apontaram que ela estava com pretensões a mulher estadista. **Robespierre** mandou que a decapitassem.

A escravidão só foi legalmente abolida um século após o início da revolução francesa, e o racismo ainda é muito forte em grande parte do mundo. As mulheres só ganharam o direito ao voto décadas após a abolição da escravatura, e continuam lutando para ter os mesmo direitos que os homens.

## **A era dos direitos**

Como apontou Pinker (2011), vivemos uma era dos direitos. No século XX, principalmente no mundo ocidental, diversos tipos de direitos humanos foram reconhecidos: direitos de mulheres, direitos de crianças, direitos de idosos, direitos de negros, direitos de minorias. No século XIX, na Europa e EUA, havia muita restrição à entrada de mulher em cursos superiores. Hoje, na média mundial, as mulheres ocupam 52% das vagas nos *colleges* e universidades. Nos EUA, ano letivo 2016-2017, 57% dos graus de bacharelado, 59% dos graus de mestrado e 53% dos graus de doutorado foram conferidos a mulheres. Mesmo em cursos de alto prestígio, como MD em medicina, as mulheres já formam ligeira maioria. O que se discute hoje é por que há muito menos posições docentes ocupadas por mulheres nas boas universidades norte-americanas. Também no Brasil, o número de mulheres nas universidades supera significativamente o de homens. Na China, desde 2016 as mulheres constituem maioria, nos cursos superiores, compondo 52,5% e 50,6% dos estudantes de graduação e pós-graduação, respectivamente. Em algumas áreas, como engenharia, computação, matemática e ciências físicas, em todo o mundo os homens ainda são muito majoritários em todos os países.

A inclusão dos afrodescendentes no ensino superior ainda está muito defasada em todos os países. As ações afirmativas para inclusão de minorias, nas universidades, adotadas nos EUA nos anos 1960 e no Brasil nos anos 1990, estão minorando o problema, mas existe ainda um longo caminho a ser percorrido, até porque esses estudantes menos favorecidos recebem educação básica de pior qualidade.

Entretanto, a maior inclusão de mulheres e de minorias étnicas nas universidades não está resolvendo o problema da inclusão em posições de trabalho melhor remuneradas. Em todo o ocidente, homens brancos ocupam uma fração desproporcional dos cargos de gerência nas empresas. E, o que é especialmente injusto, mesmo quando ocupam altos cargos, as mulheres e os membros de minorias étnicas ganham entre 25% e 30% menos do os homens brancos em cargos equivalentes.

Há uma consciência crescente de que as pessoas têm uma dignidade intrínseca que não pode ser violada. A violência física, os maus tratos, a crueldade e a humilhação não podem ser praticadas contra ninguém, mesmo que a vítima tenha praticado algum crime horrendo. Este é um princípio cada vez mais aceito e incorporado às leis. O abandono de vulneráveis é crescentemente classificado como crime. A pena de morte foi abolida inteiramente em 106 países e em 8 só é aplicável a criminosos de guerra. Apenas 28 países executaram criminosos nos últimos dez anos. O direito dos animais também é aceito por número crescente de pessoas, e a ofensa a esses direitos é punível na maioria dos países.

## **A ética definirá o destino humano**

Nos últimos dois séculos, o mundo se desenvolveu de maneira sem precedentes. A população humana é hoje 7,5 vezes a de 1800, e a economia é pelo menos 90 vezes maior. Em 1820, 88% das pessoas eram analfabetas, em 2018 essa fração caiu para menos de 14%. Nos países ricos, o analfabetismo foi erradicado e a educação até o segundo grau é obrigatória e gratuita. O índice educacional está se elevando em todo o mundo e muito provavelmente o analfabetismo será erradicado neste século. É também provável que até o final do século um terço das pessoas do mundo terá educação de terceiro grau. A expectativa de vida de uma criança ao nascer duplicou desde 1800. O índice de homicídios vem declinando há séculos. Na Europa, ele é hoje 30 a 40 vezes menor do que em 1400.

Desde a Segunda Guerra Mundial, não há guerra entre grandes países europeus. Há longo tempo, **Peter Brecke** tem trabalhado na criação do **Conflit Calalogue**, com dados sobre conflitos bélicos no mundo. Ao tentar baixar arquivo do catálogo, pediram que eu pagasse, por isso cito fonte secundária e pouco atualizada sobre ele. De 1400 a 2000, houve na Europa 4560 conflitos com dimensão suficiente para que a história os registrasse, 2700 deles envolvendo o exército de algum estado (Pinker 2012, p. 229). Desde 1945, a única guerra entre estados europeus ocidentais ocorreu após a queda da URSS, e envolveu fragmentos da ex-Iugoslávia que proclamaram suas independências.

Em um longo processo que teve início nos anos 1950, em 1993 foi criada a União Europeia (EU), que hoje congrega 26 países da Europa Ocidental. Infelizmente, o Reino Unido decidiu sair da União, fato que dividiu a opinião pública britânica. O britânico Winston Churchill, que sugeriu em 1946 a formação desse bloco, deu-lhe o nome de Estados Unidos da Europa.

A EU, que trouxe paz e prosperidade à Europa Ocidental, pode servir de modelo para um sistema de governança do globo como um todo. Durante os milhares de anos em que as sociedades humanas eram dirigidas por um Leviatã, o nosso planeta era grande. Tão grande que, há coisa de meio milênio, havia dois mundos, o Velho e o Novo, que ignoravam a existência um do outro.

Hoje o mundo é globalizado, embora dividido em cerca de 200 nações-estado soberanas. O mundo ficou muito pequeno e as nações soberanas formam uma anarquia semelhante à que Hobbes descreveu. Essa anarquia trouxe problemas que nenhuma nação pode resolver, como descrevemos em um artigo recente (Chaves 2020). Há problemas ambientais crescentes, risco de uma guerra nuclear que destruiria a civilização, e enormes desigualdades econômicas. Sem algum tipo de código de leis com reconhecimento internacional e um poder transnacional capaz de forçar seu cumprimento, o próprio avanço moral da humanidade fica seriamente ameaçado. As nações podem preservar suas identidades e culturas, mas não as suas soberanias. Desde o final da Segunda Guerra, pessoas como **Einstein** e **Bertrand Russell** anteciparam a necessidade de um governo global. A União Europeia foi um passo importante para a formação de um governo europeu, e pode muito bem evoluir para se tornar os Estados Unidos da Europa.

Também a democracia tem entregue bem menos benefícios do que ela em princípio é capaz de gerar. O número de pessoas vivendo na pobreza é muito elevado, mesmo nos EUA, a nação mais rica e poderosa do mundo. Na África, a maioria da população vive na pobreza. Esse fracasso leva muitas pessoas a negar o mérito da democracia – e sua capacidade de gerar bem estar e segurança econômica para todos – e propor como alternativa economias comunistas, que na prática já demonstraram serem totalitárias e também incapazes de produzir justiça social. Há de se considerar que o capitalismo democrático é intrinsecamente dinâmico e é o único caminho que pode levar ao socialismo democrático. Os países escandinavos já estão bem avançados na conquista do socialismo democrático e quase toda a Europa Ocidental também caminha nessa direção. Socialismo democrático não significa igualdade de riqueza e de renda. Sistemas uniformes deixam de ser evolutivos, por isso é importante que as pessoas mais inovadoras sejam recompensadas de alguma forma e se destaquem da média da população. Mas a lógica de que os vencedores levam quase tudo é imoral e também ineficaz. A moralidade e a eficácia exigem que os perdedores no jogo da inovação e da economia tenham também o seu quinhão, que lhes garanta uma vida confortável e economicamente segura.

As pessoas estão se tornando cada vez mais instruídas e cosmopolitas. São informadas quase imediatamente de problemas que ocorrem em terras distantes e em geral se sentem solidárias às eventuais vítimas. Isso traz grande avanço moral. A moralidade de cada geração já é sensivelmente mais avançada do que a da anterior. Falo em moralidade nos moldes descritos por J. S. Mill, segundo a qual uma ação é boa se traz mais felicidade para o autor e as outras pessoas. A tolerância a opções de vida bem distintas e até mesmo excêntricas é também indispensável nessa moralidade, pois o conformismo a normas sociais arbitrárias gera sofrimento dos que se conformam e só contribui para a manutenção do *status quo*.

Neste século, a riqueza mundial se multiplicará por 5, mesmo que a economia cresça em média apenas 2, % ao ano. Esse crescimento não se expressará proporcionalmente em mais toneladas de produtos, e sim em ciência, tecnologia, arte, educação, saúde, lazer e outros bens abstratos. Os problemas do mundo são técnicos e morais, e podem ser resolvidos em cem anos. O custo de não resolvê-los pode ser o fim da humanidade, ou pelo menos o fim da civilização.

## Referências

Acemoglu, Daron; Robinson, A. James 2012. *Why the nations fail: the origins of power, prosperity, and property*. Crown Business.

Acemoglu, Daron; Robinson, A. James 2019. *The narrow corridor: states, societies and the fate of liberty*. Penguin Books.

Chagnon, Napoleon 2009. *Yanomamö*. Wadsworth.

Chaves 2020. <http://alaorchaves.com.br/o-esgotamento-do-nacionalismo/>

Harmer, Michael 2003. Harmer, Michael J. *The Jívaro: People of the Sacred Falls*. [faculty.smu.edu/dwilson/ANTH3313/PDFs/1-14/011\\_shuar-Jívaro.pdf](http://faculty.smu.edu/dwilson/ANTH3313/PDFs/1-14/011_shuar-Jívaro.pdf)

Kant, Immanuel 1785. *A fundamentação da metafísica dos costumes*. Pdf gratuito disponível na internet.

Miles, Jack 2009. *Deus, uma biografia*. Companhia das Letras.

Murphy, Patrick 2015. *The Medieval Housebook and Elia's 'Scenes from the life of a knight'*

<http://www.norberteliasfoundation.nl/docs/pdf/MedievalHousebook.pdf>

Mill, John Stuart 1859. *On liberty*. Pdf gratuito disponível na internet.

Mill, John Stuart 1869. *The subjection of women*. Pdf gratuito disponível na internet.

Mokyr, Joel 2009. *The Enlightened economy – Britain and the Industrial revolution: 1700-1850*. Penguin Books.

Mokyr, Joel 2017. *A culture of growth – The origins of the modern economy*. Princeton University Press.

Pinker, Steven 2011. *The better angels of our nature*. Viking.

Weatherford, Jack (2004). *Genghis Khan and the making of the modern world*. Three Rivers Press.

White, Matthew 2011. *The great big book of horrible things*. W.W. Norton

White, Matthew 2013. *Atrocities; the 100 deadliest episodes in human history*. W.W. Norton.

Wrangham, Richard and Petterson, Dale 1996. *Demonic males: apes and the origins of human violence*. Houghton Mifflin.

Zerjal, T., e colaboradores 2003. *The genetic legacy of the Mongols*. American Journal of Human Genetics, 72(3) 717-221.